



Lembrar ruínas: ocupações guarani do espaço e relações com turismo em Puerto Iguazu, Argentina.

Luna Mendes¹

Resumo

Este trabalho deriva de minha pesquisa de campo junto aos guarani mbya na cidade de Puerto Iguazu, Misiones, Argentina. Trato do histórico de uma floresta, habitada pelos guarani, que nos anos 2000 foi parcialmente cedida ao grande capital (redes hoteleiras internacionais) que passaram a explorá-la comercialmente por sua ‘intocabilidade’, vedando aos guarani o acesso a áreas com recursos que sempre estiveram disponíveis: plantas, nascentes, rios. Os guarani foram, evidentemente, extremamente afetados pela invasão hoteleira e o turismo passou a ser uma questão/problema cotidiano. Neste trabalho, passo por problemas como: avaliações dos turistas (em sites como *trip advisor*) considerando os guarani como uma dentre outras atrações turísticas da cidade, as relações dos hotéis com as aldeias, interesses internacionais no turismo sustentável em aldeias indígenas (e suas noções de preservação); mas enfatizo as estratégias adotadas pelos guarani para sobreviver em meio a essa devastação socioambiental. Escrevo principalmente sobre a aldeia Ita Poty que consiste em uma retomada dentro do que viria a ser a área do hotel Hilton (que teria um campo de golf de 18 hectares com um imenso espelho d'água), os guarani retomaram essa terra quando a destruição já havia sido iniciada: parte do monte dinamitada, árvores derrubadas e um rio desviado para alagar uma área e transformá-la em laguna (tudo feito em uma zona de preservação). A estratégia dos guarani passou por dar visibilidade às ruínas da floresta, ao invés de tentar reconstruir e aterrar o espaço, optaram por fazer da destruição um lugar de memória e fizeram um observatório de aves para onde levam os turistas em uma caminhada guiada onde contam a história da aldeia e da briga contra o campo de golf. Neste trabalho exploro os caminhos escolhidos pelos guarani, as estratégias inventadas para se movimentar em meio a todos esses atores e como tentam se esquivar do enquadramento e cercamento do turismo criando seus próprios percursos nos espaços que habitam.

Palavras-chave: Mbya-Guarani, paisagem, turismo, ruínas

A selva misioneira, os guarani e os hotéis

As 600 *hectareas*, local onde fiz meu campo, são uma área contínua ao Parque Nacional Iguazu (que tem 67.620 ha onde estão as Cataratas), costeada pelo rio Iguazu e com uma floresta milenar onde vivem os guarani desde épocas remotas, está situada na cidade de Puerto Iguazu,

¹ Doutoranda em Antropologia Social / PPGAS/MN/UFRJ.

em Misiones, na Argentina. A área é parte da *selva misioneira* – modo como é chamada a ecorregião selva paranaense que compõe a mata atlântica e que no Brasil chamamos de Floresta Atlântica do Alto Paraná. A selva paranaense é reconhecida como a área de maior biodiversidade argentina, e é considerada o ecossistema latino-americano mais importante depois da Amazônia, prolonga-se por Brasil e Paraguai integrando o corredor ecológico da Mata Atlântica que alcança o litoral. A devastação dessa parte da floresta nos últimos cem anos, motivada principalmente pela extração de madeira e plantação de soja, deixou a região exposta e ameaçada a um nível alarmante: toda fragmentada e sem conexão entre as áreas de mata que permaneceram. Nos últimos vinte anos, a Argentina vem investindo em legislações de recuperação ambiental, muitas delas focadas na constituição de corredores biológicos que voltem a integrar as zonas de mata.

Em Misiones, até meados do século XX quase a totalidade da província era coberta de floresta, hoje ela só está de pé em 35% do território. Em 2007, foi criada a *Ley de Bosques Nativos*, pela União, para realizar um censo e determinar zonas de preservação que não poderiam ser derrubadas segundo as categorias vermelho, amarelo e verde. Nesse censo, os 600 ha foram consideradas zona de preservação amarela, que significa que não podem ser derrubadas, mas podem ser utilizadas para aproveitamento sustentável, turismo e investigação científica. Recentemente a Província de Misiones vem se tornando uma referência argentina em preservação ambiental, buscando alcançar a marca de zero de deflorestamento. No papel, os guarani são considerados ‘parceiros’ dessas zonas de floresta, de modo a constarem nas publicações sobre a mata e serem incluídos em alguns projetos que reconhecem os usos guarani do território.

Foi nesse lugar, com árvores seculares, presença indígena ancestral, abrigo de centenas de espécies, que faz corredor ecológico com o parque das cataratas, que a Província de Misiones achou por bem investir quando recebeu a posse das terras que antes pertenciam à União. Em 1994, foi feito um plano de ocupação dessa área que a dividia em zonas, prevendo espaços para moradia, aldeias, órgãos de Estado e dispendo a maior parte da área, a preços irrisórios (5,17 pesos o metro quadrado), para empresas hoteleiras. A justificativa encontrada para expandir a cidade sobre uma área indígena e florestal foi a de que o Parque Nacional delimitava o espaço de crescimento da cidade, no entanto a própria cobertura jornalística noticiava que o

crescimento estava sendo promovido para atrair investidores internacionais e ampliar a capacidade hoteleira e não porque a cidade necessitasse crescer.

O projeto só começou a sair do papel no começo dos anos 2000. Os guarani muito brigaram para que esse plano não fosse implementado, o marco dessa organização foi em 2004, quando comunidades se reuniram e acamparam em frente a sede da Província em Posadas. Uma matéria do jornal *El Territorio* mostra o monte em 2004 com a floresta totalmente de pé e algumas pequenas estradinhas de barro que eram utilizadas pelos guarani, o jornal noticiava o interesse de empresários ingleses pela área. Assim começou o loteamento da floresta onde vivem os guarani. O projeto de ocupação das 600 seguiu e os guarani só conseguiram a *personería jurídica* (modalidade de titulação na Argentina) de 245 hectares (dos 600) para as comunidades. Nos 355 hectares restantes, estavam nascentes, rios, áreas de mata com recursos para artesanato e animais. Esse espaço foi dividido e loteado para hotéis e *resorts* de luxo, a previsão da Província era conseguir que trinta *resorts* e hotéis se instalassem na área.

Ainda nos anos 2000, as áreas começaram a ser vendidas e os hotéis começaram a se instalar na floresta, as ‘exigências’ aos hotéis incluíam: construções de baixo impacto ambiental (são hotéis com capacidade para 200 pessoas ou mais), que utilizassem as árvores derrubadas na decoração e construção, que árvores só poderiam ser derrubadas com autorização (esse supostamente seria o grande diferencial), e as construções seriam limitadas a 10% do terreno (que eram de 10 hectares ou mais). Na época, políticos afirmavam que essa ocupação seria vantajosa para os guarani, que passariam a ter energia elétrica, água encanada e saneamento, além da nova fonte de renda que os turistas representariam para as aldeias. Fiz meu campo em 2019 e a única infraestrutura instalada até então era a energia elétrica, água e saneamento seguiam sendo promessas e/ou moeda de troca.

Depois de instalados no coração da floresta, os hotéis (e a discutível caracterização de construções de mil metros quadrados com piscinas como sendo de baixo impacto ambiental) passaram a promover um turismo *ecofriendly*, as estadias são vendidas como uma imersão na *selva misionera* e os guarani são enquadrados como um tipo de figurante. A preocupação com a floresta é tão questionável que a província autorizou a construção de um resort da Hilton que incluía um campo de golfe de 18 hectares com um imenso espelho d'água. Em resposta à destruição provocada pelo campo de golfe, os guarani organizaram uma retomada da área destinada ao hotel e lá seguem até hoje na *tekoa* (aldeia) Ita Poty. Atualmente, os guarani

convivem com dezesseis hotéis e as 600 *hectareas* são caracterizadas por placas oficiais como *complejo hotelero*, e além do contraste estrutural, os hotéis produzem um cercamento e enquadramento específico dos guarani sob a chave do turismo, além de uma fragmentação da floresta. Com a instalação dos hotéis, acentuaram-se também as diferentes percepções de lideranças e moradores sobre os benefícios e malefícios dos hotéis. As alianças feitas pelas aldeias são bastante divergentes e não uniformes, de modo que iniciei o campo com pessoas que buscavam ‘parcerias’ com os hotéis (em geral desvantajosas para a aldeia). Quando passei a me relacionar com o casal de caciques de Ita Poty é que comecei a compreender toda a complexidade e disputas naquele espaço.

Na floresta estão árvores como o *palo rosa*, alguns com mais de 600 anos, além de animais, como onças. O local coaduna as diferentes percepções sobre a paisagem, de um lado os guarani e suas circulações, usos e invenções cocriadas com seres e a mata; de outro o grande capital, que vê nos hotéis a possibilidade de vender uma experiência imersiva na floresta para turistas internacionais com um marketing eco-socio-sustentável. Apesar do impacto sobre o território, e de oferecerem contrapartidas mínimas aos guarani (como liberar a rede *wifi*, ou a construção de um viveiro em uma aldeia em troca de dobrar a capacidade do hotel), os hotéis usam nomes fazendo referência aos guarani (*aldea lodge*, *tierra guarani*, *yvy*) e situam-se como parceiros dos povos originários. No entanto, na prática, os hotéis situam os guarani como um atrativo para os turistas, quase como se as aldeias fossem espécies de museus vivos dentro desse território (tanto que o projeto de um dos hotéis era fazer um parque temático indígena na área). Quando comentam sobre o processo de loteamento da floresta e sobre a presença dos hotéis, há uma indignação e uma dor que não costumam estar muito presentes nas falas de lideranças guarani. Andresa, cocacica de Ita Poty, tentava me explicar que aquele lugar é tão sagrado para os guarani que nenhum *juruá* (não indígena) conseguiria entender. Ela contava que não é só que a floresta fosse dos guarani há tempos, que a utilizassem, que vivessem nela, ali é um lugar central no território guarani, e é pelos sonhos dos mais velhos, e pelas conversas com os xamãs, que ela afirma que nunca vão desistir de lutar por aquele lugar.

No entanto, esse quadro mencionado acima também foi sendo acessado por mim aos poucos. Quando recém havia chegado em Iguazu, percebia as 600 *hectareas* como a zona de preservação (como avisa um pórtico na entrada) onde vivem os guarani e estranhava a presença daqueles hotéis que pareciam invasores deslocados ali dentro (jamais imaginaria que aquilo

fosse fruto de um projeto). O movimento dentro das 600 é quase que completamente guarani (com exceção dos carros e vans com turistas), são as crianças que brincam nas ruas, no mato e na laguna; são as mulheres que circulam com roupas, comidas, artesanatos e remédios; os homens que passam pelas matas, abrindo trilhas e caminhos para acessar taquarais, riachos e outros espaços. Na cidade, ‘as 600’ costumam ser referidas e lembradas pelos moradores como o lugar dos guarani. Aos poucos fui percebendo que toda a área é recortada por trilhas, boa parte delas, mesmo as mais largas, são sinuosas, de modo que no que a pessoa entra em uma trilha ela já não está mais visível mesmo que alguém passe por ela poucos minutos depois. Cheguei a contar mais de 42 trilhas nos 2,5km que percorria todos os dias. Caminhando pela área, me chamava atenção como as pessoas misteriosamente apareciam ou desapareciam no meio do caminho. Uma espécie de efeito ilusionista de estar há horas caminhando sozinha numa reta e de repente, ao longe, ver alguém caminhando na frente. Ou então o contrário, passar parte do caminho vendo alguém caminhando quase junto, me distrair, e a pessoa desaparecer. Com o tempo passei a percorrer junto com meus interlocutores alguns destes caminhos e me deparei com atalhos contraintuitivos para mim. Vi a autonomia no modo como as 600 são usadas, apesar dos hotéis. O lado não visto e invisível desse território, ao qual só tem acesso quem os guarani permitem, e como a esquivia e a invisibilidade são importantes estratégias nas relações com atores como os turistas.

A principal via de acesso às 600 passa por um portal do IMBio (*Instituto Misiones de Biología*) que avisa estar-se entrando em uma zona de preservação, no entanto, alguns metros antes, ainda na *Ruta* (estrada), há uma placa oficial que sinaliza *600 ha complejo hotelero*. Por mais que o uso do espaço seja guarani, ele é pensado e desenhado para turistas, a área foi recortada por ruas pavimentadas por onde estão distribuídas placas de sinalização indicando a direção e a distância de cada um dos hotéis (todos eles listados e sinalizados individualmente); sobre os guarani, as placas apenas registram: *pueblos originarios* (sem detalhamento, sem especificar direção, distância e menos ainda qual comunidade). Alguns hotéis têm nomes em guarani, e isso é o máximo de guarani que aparece nas placas oficiais, no mais as próprias comunidades instalaram sinalizações rústicas e artesanais indicando caminhos e entradas. A rua principal corta as 600 ao meio, os contrastes de infraestrutura são obviamente gritantes, de um lado estão os hotéis, do outro as aldeias (com exceção de Ita Poty que fica do lado dos hotéis). Do lado dos hotéis, a rua é costeada por um mato domesticado, gramados, plantas ornamentais,

iluminação, vegetação controlada, saneamento e água encanada; do lado dos guarani, lama, mato rústico, a mata é deixada crescer sem maiores perturbações, no máximo são abertas as trilhas ou roças domésticas. A manutenção da vegetação rente à faixa é constantemente feita do lado dos hotéis e muito raramente do lado das aldeias, ainda não há água encanada e muito menos saneamento.

Sabendo do horizonte de preservação pensado para a área, surpreende essas domesticações excessivas da paisagem, ao mesmo tempo em que contrastam com o modo como o mato é tratado do lado dos guarani. Alguns hotéis mais “amigáveis” permitem que as pessoas busquem água em suas torneiras externas, dois deixam uma rede *wifi* aberta que é utilizada por pessoas das comunidades (mas que só pega em pontos próximos ao *hall* de entrada dos hotéis). Quando decidem realizar obras, os empreendimentos são obrigados a consultar os guarani (Convenção 169 da OIT), mas em geral as compensações oferecidas são mínimas. Como, por exemplo, um hotel que decidiu dobrar sua capacidade de ocupação e como compensação acordou a construção de um viveiro em uma aldeia (contrapartida irrisória para os empresários hoteleiros diante do impacto do cercamento ainda maior do território para os guarani).

Os enredamentos do turismo

Os processos envolvidos na tentativa de transformação das 600 de área indígena para *complejo hotelero* são contínuos. Em 2005, depois de as 600 terem sido loteadas para hotéis, criou-se um plano de inclusão dos guarani nas redes de turismo através do projeto MATE (*Modelo Argentino para Turismo y Empleo*, uma cooperação entre Canadá e Argentina). O projeto tem duas frentes de atuação em Iguazu: uma que busca aprimorar a procura de emprego de jovens de baixa renda; e outra que procura “desenvolver a capacidade laboral potencial das comunidades indígenas” através do turismo. A principal ação do projeto foi a construção de uma escola intercultural de turismo na aldeia Yryapu para capacitar os jovens de maneira que a comunidade conseguisse autogestionar o turismo. A ideia do projeto era de que em algum momento as comunidades conseguiriam negociar em condições de igualdade com os agentes turísticos. A avaliação do projeto é de que o principal problema enfrentado pelos guarani é estarem excluídos de um sistema de educação formal, diz o site: “la exclusión del pueblo mbya del sistema educativo formal y del mundo laboral provoca la persistencia de su estado de pobreza. Una tasa de desocupación, en cuanto al empleo formal, del 100%”. A inexistência de

escolas de nível médio e superior nas aldeias promoveria: “el debilitamiento de la identidad cultural, especialmente entre los más jóvenes, y la consecuente contaminación ejercida por la cultura hegemónica colocan al pueblo Mbyá en una situación de alta vulnerabilidad y riesgo”. O projeto, portanto, espera fomentar a iniciativa dos guarani na criação de atrativos para turistas nas aldeias e registra no papel o esforço feito pelos órgãos locais em situar os guarani como sendo eles próprios responsáveis pelas adversidades enfrentadas na cidade, ignorando as falas das lideranças que insistem que saúde e bem viver vinculam-se a território: “falar de nossos costumes, é falar de nosso território”, como diz Dani cacique de Ita Poty.

O turismo envolve os guarani a partir de três frentes principais: pela intrusão/presença desses atores no território e o desvio cotidiano praticado por adultos, crianças, jovens nos caminhos e caminhares; no artesanato e nos *senderos* como modos de relacionar-se com os turistas dentro das aldeias cuja responsabilidade quase sempre cabe aos jovens adultos; nas percepções e lutas políticas dos caciques (suas diferentes estratégias) sobre a relação entre aldeias, paisagem, território e turismo/hotéis. O turismo é uma questão importante para as pessoas nas aldeias, é tematizado em reuniões com políticos locais e entre lideranças. Para muitas famílias, a venda de artesanatos é uma fonte de renda básica, principalmente com os cortes em auxílios promovidos pelo governo Macri, por isso são bem-vindas as iniciativas que buscam auxiliar a capturar parte do movimento do turismo. Porém, essa também é uma fonte de disputas internas, pois as oportunidades acabam sendo escassas e beneficiando algumas poucas famílias.

Os posicionamentos sobre o turismo são bastante divergentes, mas são poucos os que de fato o defendem. O cacique de uma das aldeias tem posições bastante radicais, culpabiliza as dificuldades vividas por algumas famílias condenando a falta de vontade de fazer artesanatos e vender para turistas, diz ele que qualquer um que vá até as Cataratas ou a Aripuca (dois pontos turísticos) consegue vender em um dia todas as suas peças, para ele cabe a cada família brigar pelos turistas para poder viver bem. Em campo, conversava com meus interlocutores sobre as oficinas de formação de agentes turísticos e as perspectivas que eles tinham sobre a inserção nessas redes. O cacique foi a única pessoa que conheci com esse posicionamento mais radical, as demais divergências centravam-se entre considerar os hotéis aliados ou inimigos, mas em geral os guarani achavam graça dos poucos que pensavam haver condições de igualdade nas negociações com hotéis e turistas.

Em todas as aldeias existem pessoas que fazem artesanatos, homens e mulheres, alguns vendem suas peças em estandes dentro das aldeias, visíveis desde o caminho principal da área; outros saem para vender pelas ruas do centro da cidade; e alguns são cadastrados para vender em lojas nos pontos turísticos mais importantes. Cada modalidade tem logísticas específicas: na venda pelas ruas, alguns pontos, dias e horários são priorizados; nos estandes nas aldeias, ficam expostos os artesanatos de toda comunidade para caso algum turista apareça; mas era em torno dos pontos fixos nos locais turísticos que se davam as principais disputas.

Dois lugares turísticos com estandes fixos para os guarani eram a Aripuca e o próprio parque das Cataratas. A Aripuca é uma estrutura gigante de madeira, feita com árvores nativas da mata e que replica em grande escala as armadilhas comumente feitas pelos guarani. Lá, além dos estandes para venderem artesanatos, também acontecem eventos em que os guarani recebem turistas com cantos e brincadeiras. As pessoas que não são autorizadas a vender do lado de dentro, montam exposições no chão do lado de fora. Nas Cataratas, há uma estrutura onde os guarani expõem os artesanatos aos turistas e é sobre esse espaço que se dão as principais disputas, pois nem todas as aldeias podem acessá-lo. Um de meus interlocutores falava sobre o ritmo de vendas ao longo do ano que passa sendo muito baixo e que só melhora quando começa a temporada, perguntei sobre as Cataratas e a Aripuca e ele disse que esses realmente são os locais onde a venda é mais constante, mas que nas Cataratas, por exemplo, só podem ir vender as pessoas que têm cadastro e na Aripuca quase todos que vendem são moradores da aldeia Yry Apu.

Além da venda de artesanato, existem os *senderos* turísticos (caminhadas guiadas pela floresta nas aldeias em que os guarani falam sobre plantas, animais e aspectos culturais) e algumas parcerias com hotéis que eventualmente chamam os guarani para se apresentar e permitem que vendam seus artesanatos lá dentro. Durante o tempo que estive em Iguazu, acompanhei o planejamento e a execução de algumas ideias e parcerias voltadas para ampliar o acesso dos guarani aos recursos do turismo. Uma delas foi a construção, por uma ONG, de um Museu em uma das aldeias, chamado *Casa de la Resistencia*, que contava através de imagens e cartazes a história dos guarani na região, nessa mesma aldeia os guarani negociavam com um dos hotéis a construção de banheiros para as famílias em troca da recepção de turistas para passeios. Porém, o cacique dessa aldeia virou evangélico e durante a pandemia o museu passou a ser usado como igreja. Também estava lá enquanto aconteciam algumas oficinas para

agentes turísticos, muitos jovens se engajam verdadeiramente nas oficinas e projetam possibilidades de dialogar com os turistas da cidade.

Na prática, são bem poucas as pessoas que conseguem se beneficiar de modo mais perene da estrutura do turismo na cidade, a maior parte dos guarani não acessa essas redes. O turismo, por um lado, envolve pessoas (quase sempre lideranças) em negociações que até podem ser um pouco mais vantajosas, mas o principal caminho de ‘envolvimento’ é pela disputa capilar pela venda dos artesanatos e pela presença, nem sempre desejada, dos turistas nos *senderos*. A possibilidade de uma relação mais negociada cabe aos caciques, que conseguem estabelecer pontos de venda em locais vantajosos para suas aldeias, ou conseguem investimentos em infraestrutura e mesmo capitalizar apresentações em hotéis e outros espaços. Mas a maior parte dos moradores das comunidades acessa o turismo pelas beiradas, circulando com orquídeas e artesanatos pela cidade, já que são poucas as pessoas que conseguem se estabelecer, ou ter suas peças expostas, nos bons pontos de venda fixos existentes.

Sobre o turismo, constituem-se discursos diametralmente opostos principalmente entre os dois caciques mencionados: um que dá de ombros às condições extremamente precárias vividas por alguns (sem água, sem esgoto, sem comida, catando lixo na cidade para viver) como se assim fosse apenas porque não querem vender aos turistas; e outro que discorda não só dessa narrativa, mas da própria presença dos hotéis e do imperativo de que os guarani precisam se inserir no turismo da cidade. Os jovens das aldeias com quem conversava, em geral, avaliavam que as oportunidades vindas do turismo eram escassas, insuficientes e acabavam quase sempre nas mesmas mãos e conversavam sobre a necessidade de espaços maiores e de auxílios como os que recebiam durante o governo anterior.

Habitar, ocupar, permanecer

Para muitas pessoas o assunto hotéis é encarado como um problema com o qual se convive, a cada passo se pensa o que fazer. Já se vão mais de 15 anos desde que o primeiro hotel foi levantado nas 600, alguns (por serem jovens, ou por terem mudado a menos tempo) sequer conheceram as 600 sem os hotéis. De modo que as únicas pessoas que faziam questão de traçar o panorama dos hotéis sempre que isso virava assunto era o casal de caciques de Ita Poty, Andresa e Daniel Acosta, que articulavam-se politicamente com parentes distantes e participavam ativamente de eventos políticos locais levando palavras sábias sobre viver do jeito

guarani, como eles próprios diziam. Era quase sempre por eles que eu ficava sabendo dos encontros e das articulações que estavam sendo feitas. Alguns caciques, como disse anteriormente, passaram a tomar os hotéis como ‘aliados’, recebiam coisas, recebiam os turistas e assim levavam. Alguns cobravam melhorias nas aldeias, outros levavam as relações com hotéis sem expectativas e buscavam as alianças junto a outros caciques de comunidades mais distantes, ou a lideranças de movimentos sociais locais, etc. Além de dividir geograficamente o espaço, a inserção do turismo segundo um modelo bastante predatório também operou essas cisões entre as aldeias. Daniel e Andresa falam disso com muita tranquilidade, da dificuldade em lutarem juntos e das pequenas vantagens com as quais alguns caciques se contentavam, como as limitações para vender artesanatos em pontos fixos, as contratações para apresentações de canto coral em hotéis, e mesmo combinações para que grupos de turistas fossem levados aos seus *senderos*.

A presença dos hotéis nas 600 produziu um cercamento, dentro da floresta, que se assemelha ao cercamento operado pela soja no lado brasileiro e paraguaio. Ceder as terras indígenas para arrendamentos de soja é a grande crítica feita pelos guarani no lado argentino aos guarani no lado paraguaio. Se, em um lado, a mata é liquidada restando apenas dentro dos contornos da aldeia e às vezes nem isso; no outro, ainda que a mata seja ‘mantida’, o cercamento atua quase que por dentro das próprias aldeias, a partir de uma tentativa de enquadramento da vida cotidiana sob o regime do turismo. Dani e Andresa articulavam-se com os caciques das outras três comunidades nas 600 para pressionar o poder público por melhores condições de vida, e sempre a centralidade estava sobre o território, condição fundamental para viver adequadamente. Uma vez escutei Dani dizer que se eram seus costumes o que deveriam oferecer aos turistas, sua cultura, como iriam oferecer sem praticar, sem estar vivendo em harmonia, adequadamente de acordo com sua cultura e que tudo isso é sobre território.

Nesse processo, uma grande conquista dos guarani foi a retomada que fizeram dentro de uma área das 600 que havia sido destinada aos hotéis, onde fundaram a aldeia Ita Poty. Em 2005, a Hilton iniciou o processo de construção de um resort com campo de golfe e espelho d'água em uma área de 18 hectares de floresta. Para fazer as transformações na paisagem necessárias ao campo de golfe, uma parte do monte foi dinamitada e derrubada para aplainar o terreno, além da derrubada de muitas árvores, do desvio de um curso d'água e da construção de uma barragem para criar uma laguna artificial de 6 hectares que seria o espelho d'água do

campo de golfe. Todas essas transformações foram realizadas dentro dessa floresta onde supostamente apenas são liberadas construções de baixo impacto ambiental. O que se noticiava sobre a Hilton na época eram as ‘*inversiones*’ (investimentos) de milhões de dólares que iriam para a cidade, apesar das denúncias e protestos dos guarani e de grupos ambientalistas sobre a destruição da floresta. Em 2008, as obras pararam e nunca mais foram retomadas, mas a destruição já estava feita. Os jornais diziam que a obra havia parado por causa da crise de 2008 e por falta de dinheiro, Andresa conta que nunca um hotel desse porte pararia uma obra por falta de dinheiro, que por mais que digam isso, ela sabe que não foi por falta de dinheiro, a obra parou por causa da luta indígena. Os guarani ganharam essa briga e jornal nenhum noticiaria isso. Andresa conta que sempre sonhou com aquela área, mesmo com a destruição em curso ela sabia que aquele espaço voltaria a ser terra guarani.

No espaço cedido à Hilton, havia um taquaral muito antigo, do tempo dos avós, ali também havia um palmeiral, árvores muito antigas e uma quantidade enorme de animais. A laguna feita pelo hotel divide-se em duas partes: uma que beira a estrada que corta a floresta ao meio e outra parte mais escondida em meio ao mato. As duas partes da lagoa estão na aldeia Ita Poty, na parte mais próxima da estrada é onde as mulheres de outras aldeias vão para tomar banho e lavar suas roupas, ali também é onde as crianças brincam e nadam. No local já existem peixes, jacarés, e mesmo a cobra grande, entidade que habita as águas da região, também vive ali. No entanto, para além da área de laguna que é utilizada para afazeres cotidianos, há todo um espaço de floresta que foi alagado e virou uma mistura de laguna e banhado raso onde a água nunca mais secou e todas as árvores morreram. Nessa área devastada, onde morreram árvores, palmeiras, taquaras e plantas, e que virou uma espécie de pantanal, os guarani fizeram um ponto turístico, chamam o local de observatório de aves e é para ali que levam os turistas interessados em conhecer as aldeias, onde mostram a devastação e contam a história da área.

Quando comecei o trabalho de campo na aldeia Ita Poty, escutei inúmeras menções ao *mangrullo*, o modo como chamam o observatório de aves, Andresa e Dani insistiam para que eu fosse com eles até lá. Depois de semanas consecutivas de chuva, na véspera de um dia ensolarado, Andresa me escreveu dizendo que estivesse na aldeia no dia seguinte de manhã, para que finalmente conseguíssemos ir ao *mangrullo*. Já havia conhecido alguns mirantes e *senderos* em outras aldeias e imaginava o de Ita Poty como algo parecido – caminhos na mata onde estão árvores identificadas, armadilhas tradicionais, plantas, etc e que chegam a um

mirante onde deveria ser o observatório. Caminhamos pela aldeia, passando pelas casas e seus pátios, canchas de futebol, até chegar em um descampado com árvores mortas onde iniciava uma trilha estreita assentada sobre uma área alagadiça. Me impressionei com o tamanho do clarão dentro da floresta (as trilhas nas outras aldeias são todas dentro da mata), com a água que não chegava a formar nem uma lagoa, nem um rio, nem um açude; o local era um descampado alagado onde todas as árvores estavam mortas e nelas os pássaros pousavam.

A trilha conduzia até uma estrutura de madeira e bambu construída dois metros acima do chão onde subíamos para avistar as aves. Até então desconhecia o que significava um *mangrullo*, depois fui saber que tratavam-se de estruturas comuns no pampa argentino durante o período colonial, eram chamados de ‘fortificações pampeanas’ e consistiam em mirantes, postos de observação de estancieros e militares em guerras e na defesa de propriedades contra ataques em geral, mas também contra ataques indígenas. O posto de observação construído alguns metros acima do solo permitia que o observador visualizasse uma aproximação estranha muito antes de ela se aproximar. A guerra e as missões compõem a memória indígena e não-indígena naquela região, termos como ‘kurepi’ (como os soldados argentinos eram chamados pelos paraguaios), a aldeia nomeada ‘Fortin Mbororé’, o próprio *mangrullo*, são como que pistas que permitem perceber uma história contada por espaços e memórias. A construção de observatórios de aves é comum em áreas de parques naturais na Argentina, dialoga com a crescente preocupação em promover o chamado ‘ecoturismo’. No próprio parque nacional de Iguazu, recentemente, foi construído um observatório e alguns são referidos como *mangrulllos*. Também no Paraguai existem observatórios de aves em aldeias e, em geral, eles ficam próximos a grandes lagunas ou áreas descampadas.

O que surpreende em Ita Poty, portanto, não é a existência de um observatório de aves, ou o mirador ser referido como *mangrullo*, mas as ‘coincidências’ que se agregam. Na retomada da área destruída pelo hotel, justo na parte onde suas ruínas são mais gritantes, os guarani fizeram um *mangrullo* – e assim o sinalizam em suas placas, como *mangrullo* –, para essa estrutura são levados turistas e lá em cima é contada toda a história das 600, a ofensiva hoteleira e a resistência indígena. O *mangrullo* funciona quase como uma armadilha, outra estrutura que os guarani costumam colocar nos locais de recepção de turistas, em que convidam aqueles preocupados com o espaço a olhar a vida na destruição. Se por um lado o *mangrullo* pode ser pensado como uma estrutura de ‘campo de batalha’, os guarani parecem usá-lo como armadilha

que captura. Sabendo que ‘coincidências’ não existem, me impressionei com a força desse gesto, usar uma fortificação para que os turistas (juruá) subam e observem a destruição feita por outros jurua, o que propõe ao turista uma quase inversão de perspectiva. Se o mangrullo é feito para antecipar ataques, na retomada ele vira um espaço de memória, quase como se ele estivesse ali para que se olhasse para trás, para um ataque anterior e seus rastros, quase a memória de um campo de batalha para o qual o turista é convidado a testemunhar.

No entanto, não são as árvores mortas que os guarani querem que sejam vistas, são os pássaros. Andresa me disse uma vez que para ela aquela era uma paisagem horrível, não havia beleza naquilo, mas era um lugar meditativo, ali ela gostava de ir para ficar sozinha, pensar, se acalmar. Ela dizia que, apesar da tristeza, queriam deixar aquele lugar assim, não pretendiam aterrar, recuperar, tampouco reflorestar. O modo como concebem aquele lugar faz pensar em um ‘santuário’, um local para onde vão meditar, pensar em suas vidas. Essa possível aproximação entre santuário e campo de batalha lembra a homenagem a Sepé Tiaraju existente no interior do Rio Grande do Sul – uma cruz de concreto erguida no local da batalha de Caiboaté, onde Sepé teria caído morto –, onde todos os anos acontece uma grande assembleia guarani e reúnem-se lideranças, xamãs, rezadores, famílias. A própria ideia de ruínas que servem como memórias dialoga diretamente com a história dos guarani e os antigos locais das missões jesuíticas, ruínas que testemunham encontros e lutas. Nas ruínas de uma devastação enfatiza-se a nova ocupação, como as aves que fizeram dos destroços sua morada.

Dani contava entusiasmado que ali naquele espaço as aves vinham, comiam, assentavam-se nos *trozos* (pedaços) que sobraram dos pindó, ‘elas habitam esse espaço’, me disse ele. Cada estação tem suas aves próprias que vêm e vão, algumas chegam no inverno, outras no verão, comem e se banham na laguna escondida pelo que sobrou de floresta. O que é enfatizado pelos guarani, portanto, são os movimentos de retomadas não só no sentido físico de um território, mas de tudo que ele agencia. O *mangrullo* também parece ser um posto que permite, desde a devastação *juruá*, ver a vida emergir das ruínas segundo seus próprios fluxos e seres, sem interferir apenas como guardiões.

O turismo sustentável

Dani e Andresa, caciques de Ita Poty, são mais restritivos com relação ao turismo, buscam articulações dignas, até fazem algumas apresentações e vendem artesanatos, mas tomam cuidado com as parcerias feitas. Acompanhei a visita na aldeia de uma delegação

européia que procurava um local para ser ‘parceiro’ de uma iniciativa de turismo sustentável. Um grupo de pessoas de diferentes países (Alemanha, França, Portugal, Espanha) fez uma visita a partir da qual produziram um relatório sobre as condições do local. Dani me ligou um dia antes para dizer que os ‘gringos’ iriam à aldeia e me pedir que acompanhasse a visita fazendo fotos. Depois de uma caminhada de quase duas horas por toda a área – passando pelo observatório de aves, conduzida e comentada por Dani que contou toda a relação dos guarani com a floresta, com os seres, do histórico daquele local –, enquanto Dani, Andresa e as crianças faziam uma apresentação de canto coral, um francês da comitiva começou a conversar comigo. Disse que estavam bastante interessados em desenvolver esse projeto ali na Argentina, mas que poderiam escolher um local em qualquer um dos três países (Argentina, Paraguai e Uruguai) e que ainda iriam fazer viagens a outras regiões e comunidades tradicionais. Ele disse que havia achado aquele local incrível, que a floresta impressionava, mas que ali teriam o problema do lixo. Fiquei um pouco impactada com esse diagnóstico que sequer compreendi e perguntei de que lixo ele falava. Então ele apontou para o entorno das casas e mostrou como, para ele, tudo estava com muito ‘lixo’, então concluiu buscando ser amigável dizendo que tudo bem, que poderiam resolver isso ministrando classes de educação ambiental aos moradores. Essa situação me fez lembrar Latour (2019) quando diz que:

Jamais, desde as primeiras discussões dos gregos sobre a excelência da vida pública, se falou de política sem falar de natureza; ou, além disso, jamais se fez apelo à natureza senão para dar uma lição de política. Nem sequer uma única linha foi escrita -- pelo menos na tradição ocidental -- em que os termos natureza, ordem da natureza, lei natural, direito natural, causalidade inflexível ou leis imprescritíveis não tenham sido seguidas, algumas linhas, alguns parágrafos, algumas páginas adiante, por uma afirmação concernente à maneira de reformar a vida pública (Idem 2019: 53).

Esse microencontro condensa acontecimentos descritos por Latour (2019) quando fala dos problemas da ecologia política, mostrando que o apelo à natureza em oposição à política não é uma novidade no modo de organização social dos modernos, é, na verdade, uma forma velha de fazer política. Para os turistas, não importa o que os guarani concebiam daquele espaço ocupado e tornado memória de luta, importa que seja sustentável nos termos que eles próprios concebem (bioconstruções, sem plásticos, etc). Para os guarani, a relação com a floresta não passa pela ideia de uma intocabilidade, preocupam-se antes com as relações feitas e desfeitas

com os modos de viver e coexistir com seres humanos e não-humanos que compartilham um espaço concebido sem cercamentos, que essas duas concepções se encontrem não é o problema, mas sim que uma seja sempre condicionada ao entendimento da outra sobre o que é mais importante quando se fala em sustentabilidade.

Uma das mais constantes violências vividas pelos guarani eram essas tentativas de ‘enquadramento’ operadas por turistas e por agências de desenvolvimento: ‘calados’ demais, ‘civilizados’ demais, muito ‘aculturados’, muito ‘quietos’, ‘desinteressados’ etc. Como se a régua definidora de um dever ser fosse dada pelas relações com o turismo. Os investidores falam sem constrangimentos sobre uma necessidade de adequação para que a aldeia e sua população ‘caibam’ em seus projetos. Tsing (2019) mobiliza a noção de escalabilidade, uma exigência comumente feita para que projetos sejam financiados, para pensar a noção de *plantations* e paisagem. Não surpreende que justo a noção de escala sirva aqui para pensar nesses padrões de projetos que procuram reproduzir escalas mesmo que isso elimine as especificidades locais. Assim como a noção de *plantation*: “A plantation mostra como é preciso criar *terra nullius*, a natureza sem reivindicações emaranhadas. Os emaranhamentos nativos, humanos e não humanos, devem ser extintos; refazer a paisagem é uma maneira de se livrar deles. (Tsing 2019: 186)”

O problema da ideia de que o turismo sustentável, no caso de Iguazu, consiga ser amigável aos guarani é ignorar as violências que esses projetos carregam, no caso das 600 as considerações são vastas: fragmentação e destruição da floresta, cercamento das aldeias, impossibilidade de crescimento e uso de espaços tradicionais, desigualdade no acesso a bens e serviços, exposição e assédio, etc. É preciso mais do que boa vontade para que a abertura de áreas de preservação ao turismo seja mais do que uma máscara bonita para privatização e destruição. Além da invasão, há ainda a responsabilização de aldeias e famílias por suas próprias perdas, como se estas não estivessem vinculadas ao avanço sobre territórios antes utilizados para viver. As terras são tomadas em nome de um turismo sustentável, sem suas terras, o turismo passa a ser uma das poucas opções de subsistência e então as próprias dificuldades passam a ser atribuídas ao grau de engajamento de cada família ou comunidade, como se o problema não houvesse iniciado com a própria instituição do turismo em um local onde antes ele não existia. Essa discussão é importante, tendo em vista que a inserção dos guarani nesses circuitos é um projeto governamental financiado por cooperações internacionais

que projetam que os guarani seriam parceiros dessa imersão ‘eco’ na selva yriapu. No entanto, cabe pensar sobre até que ponto a palavra parceiro não é forte demais, considerando o grau de exposição vivido pelas pessoas nas aldeias e o pouco que se tira desse modelo de turismo.

Considerações Finais

Podemos aproximar a noção de perturbação trazida por Tsing (2019) para pensar as florestas mbya e o modo como elas são entendidas como ‘assembleias de seres’ algo próximo da noção de Latour (2019) de composição de mundo comum, que consiste no movimento de pensar quais são os seres e interesses envolvidos em determinada situação. Eu diria que os guarani passam fazendo esse cálculo, “além de nós, quantos mais há?”, e se movimentam e se relacionam com árvores, plantas, animais, donos e espíritos sempre levando isso em consideração. Essa relação é quase incompreensível para os investidores sustentáveis, para eles os índices de sustentabilidade de uma área não variam, por isso o tipo de julgamento feito por eles pode ser muito cruel. Para eles é válido descredenciar uma aldeia como sede de turismo sustentável por questões preservacionistas que são elas próprias parte do mesmo entendimento do mundo natural como apartado do mundo social, como algo com o qual não é possível se relacionar sem separação.

Seguindo as pistas de Latour (2019), podemos pensar no quanto uma ecologia política mbya pensa estratégias de ação diretamente relacionadas com a ‘natureza’, que considera a composição de mundo comum a cada passo que se dá (literalmente). No caso de Iguazu isso aparece na luta pela terra e na relação com o espaço que virou observatório de aves, por exemplo. Questões que tem que ver com o avanço do capital (interesses hoteleiros internacionais) e que são encaradas pelos guarani como uma luta política colada à uma concepção de existências que nunca se resumem a ideia de natureza (já que nela cabem inúmeros outros atores). Não se fala no mundo natural como algo inerte, mas com agência que tem que ver com a existência, não é só um lugar onde se está. Aos ouvidos surdos a isso, os guarani tentam desenhar, levando as pessoas a um lugar em ruínas, e dizendo desde lá sobre o quanto um lugar nunca é apenas um lugar.

Latour (2019) propõe um desacelerar (que pode ser aproximado daquele de Stengers) para pensar que ecologia política é essa que existe, que consiste na junção simples dos termos ecologia e política, e como pensar uma ecologia política com toda a potência que o termo

sugere. Seguir as pistas desse enredamento me parece ser um caminho potente para pensar a prática política da luta indígena em Iguazu, onde as conexões ganham mais centralidade do que os particionamentos. É o alagamento do campo de golfe que produz uma laguna que é habitada pela cobra grande, onde se banha e se brinca, mas que deixa um deserto por onde passa que se torna uma ruína rehabilitada como observatório de aves, e cuja destruição de um local sagrado motiva a ocupação do território que foi sonhado antes de realizado. Diferentes camadas de processos políticos que compõem ações que levam interesses não-humanos em consideração e que constituem o modo como os guarani enfrentam interesses capitalistas, espólio territorial, cercamentos, enquadramentos, etc.

Referências

LATOUR, Bruno. 2019. *Políticas da Natureza: como associar as ciências à democracia*. São Paulo: Ed. Unesp.

TSING, Anna. 2019. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas.